



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

---

**PARECER**

---

**PROJETO DE LEI Nº 793/2021**

**Ementa:** *INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA Nº 13.768/2019, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS, SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA MUNICIPAL DO CONSERVADORISMO.*

**AUTOR:** Vereadora Eliza Virgínia

**RELATOR:** Vereador Tarcísio Jardim

<b>P A R E C E R   N º   _ _ _ _ _   2 0 2 2</b>
--

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe, para análise e parecer, o **Projeto de Lei nº 793/2021, de autoria da Vereadora Eliza Virgínia**, o qual “Inclui no Anexo Único da Lei Ordinária nº 13.768/2019, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados, sobre a criação do dia municipal do conservadorismo.

A matéria teve seu trâmite na forma regimental, constou no expediente e aportou na CCJRLP – Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa para análise de sua constitucionalidade.

Ato contínuo, o Vereador Tarcísio Jardim, relator da presente matéria, recebeu a proposta para análise e emissão de parecer acerca de seus aspectos legais e jurídicos.

É o que importa relatar.

**II - VOTO DO RELATOR**



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

A proposta legislativa em análise, da lavra da então Excelentíssima Senhora Vereadora Eliza Virgínia é extremamente nobre, uma vez que trata a criação do dia municipal do conservadorismo, a ser comemorado anualmente no dia 10 de março, dando maior visibilidade a uma pauta de extrema importância para a sociedade pessoense.

Mister se faz registrar, em análise jurídica do presente projeto de lei, que a Constituição dispõe que os Municípios são dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive a fixação de datas comemorativas, e de suplementar a legislação federal e estadual no que couber (artigo 30, inciso I, e artigo 11).

A fixação de datas comemorativas por lei municipal não excede os limites da autonomia legislativa de que foram dotados os Municípios, mesmo considerando-se a existência de lei federal a dispor sobre esse tema, porquanto no rol das matérias de competência privativa da União (artigo 22, incisos I a XXIV, CF/88) nada há nesse sentido, ou seja, prevalece a autonomia municipal.

Nesta esteira, cada ente federativo dispõe de autonomia para fixar datas comemorativas que tenham relevância para o interesse local, só havendo limites quanto à fixação de feriados, por força de legislação federal de regência, o que, porém, não ocorre na situação em análise.

Portanto, sem maiores digressões, há viabilidade jurídica para tanto.

Desta feita, manifestamo-nos de forma **FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Ordinária nº 793/2021, de autoria da Vereadora Eliza Virgínia.**

É o parecer.

João Pessoa-PB, em 22 de março de 2022.

**TARCÍSIO JARDIM**  
Vereador



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Relator, opina de forma **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Ordinária nº 793/2021, em virtude dos fundamentos acima expendidos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de março de 2022.

**Odon Bezerra**  
Presidente

**Tarcísio Jardim**  
Membro – Relator

**Tanilson Soares**  
Membro

**Durval Ferreira**  
Membro

**Bispo José Luiz**  
Membro

**Thiago Lucena**  
Membro

**Guga**  
Membro